



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE-BOI

Av. João Gomes Pedrosa

CNPJ: 04.854.733/0001 – 44

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 002/2024-CI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/031401-CMPB
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024-CMPB

Considerando as normas e procedimentos inerentes as atribuições constitucionais desta Controladoria Interna, conforme disposto nos artigos 30, 70e 74 da Constituição Federal; artigo nº 76 de Lei nº 4.320/64, Resolução nº 7739/2005/TCM-PA, assim como o disposto na Lei Complementar nº 101/2000(Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCMde 25 de fevereiro de 2014, a Sra. **RAFAELA SALES DE SOUZA**, responsável pelo Controle Interno da Câmara Municipal de peixe-Boi, nomeado nos termos da PORTARIA Nº 004/2023, declara, para os devidos fins, que analisou os autos realizados pelo Agente de Contratação, referente a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024-CMPB**, que tem como objeto a contratação de empresa para locação de veículo, tendo como proponente a pessoa jurídica **JOSE FRANCISCO NASCIMENTO MARTINS 68684959272**, inscrito no CNPJ nº 24.678.970/0001-09, com sede na Rua Frei Adoardo Stucchi, América, CEP: 68734-000, Peixe-Boi/PA, com valor global de R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais), pelo período de 10 (doz) meses, tendo como base nas regras insculpidas pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o procedimento administrativo, encontra-se:

(X) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a (s) seguinte (s) ressalva (s):

() Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a (s) impropriedade (s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o procedimento administrativo supramencionado se encontra em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, **DECLARA** estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Peixe-Boi /PA, 27 de março de 2024.

Rafaela Sales de Souza

Rafaela Sales Souza

CPF:036.418.872-32

Portaria: nº 004/2023-CMPB